

Relatório '22 e balanço

2018-2022

Mensagens Chave

1. É o 4 ano consecutivo que entregamos relatório a AR - Para além do escrutínio público que permite, a comparação da informação agora conhecida com as metas, suporta e lança o debate sobre os temas críticos;
2. Portugal está a investir 53€/ha/ano, no entanto, ainda não podemos assegurar que *Portugal ficará protegido de incêndios rurais graves em 2030*. É chave acelerar a transformação sistémica iniciada em 2017, que estimamos estar cumprida apenas em 1/3.
3. Com o relatório de 2022 conclui-se crítico:
 - 1) Reforçar estímulos para a adesão das empresas e proprietários (AR e GOV)
 - 2) Rever processos de trabalho na administração pública com vista a melhorar o desempenho do sistema (AR; GOV e ADM pub)
 - 3) Assegurar a qualidade de decisão e capacidade de gestão indispensáveis à utilização eficiente e eficaz dos recursos materiais e financeiros disponibilizados (Gov, AR e Adm)
4. Necessário maior envolvimento da AR para resolver as pontos críticos que dos seus poderes dependem, associados a propriedade, à valorização e partilha do valor dos recursos florestais e aos estímulos aos proprietários
5. Assegurar financiamento destinado a execução dos projetos do Programa Nacional de Ação, na escala Regional e Sub-regional



AGENDA

- 1. Os números de 2022 e no contexto evolutivo 2018-2022**
- 2. Pontos críticos**

Entre 2018-2022 , os portugueses conseguiram evitar o desastre

ZERO
vítimas fatais civis
diretas em
incêndios

Redução para
metade do número
de incêndios,
incluindo nos
dias de pior
meteorologia

1/3
da média histórica
de área ardida

Redução dos
grandes incêndios
em mais de metade

Diminuição dos
incêndios por uso
do fogo nos meses
de verão

Reforço de meios
humanos
e materiais

Zero vítimas fatais civis diretas em incêndios

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Vítimas civis diretas de incêndios	116	-	-	-	-	-
Vítimas civis em queimadas ou acidentes	n.d.	12	10	3	4	2
Operacionais	3	1	-	6	2	2
TOTAL VÍTIMAS	119	13	10	9	6	4

FONTE: GNR

FOI ALCANÇADO O GRANDE OBJETIVO DEPOIS DA CATÁSTROFE DE 2017

Resultado do trabalho em estreita colaboração com a população para:

Garantir o aviso atempado em caso de perigo

Assegurar a rotina de evacuação a tempo

Comunicar as melhores práticas de segurança

Manter as vias de circulação limpas

Envolver os proprietários na limpeza de vegetação em redor das suas habitações

Assegurar que são conhecidas as medidas de autoproteção em caso de incêndio

Em 2022 não houve, mais uma vez, vítimas civis diretas em incêndios.

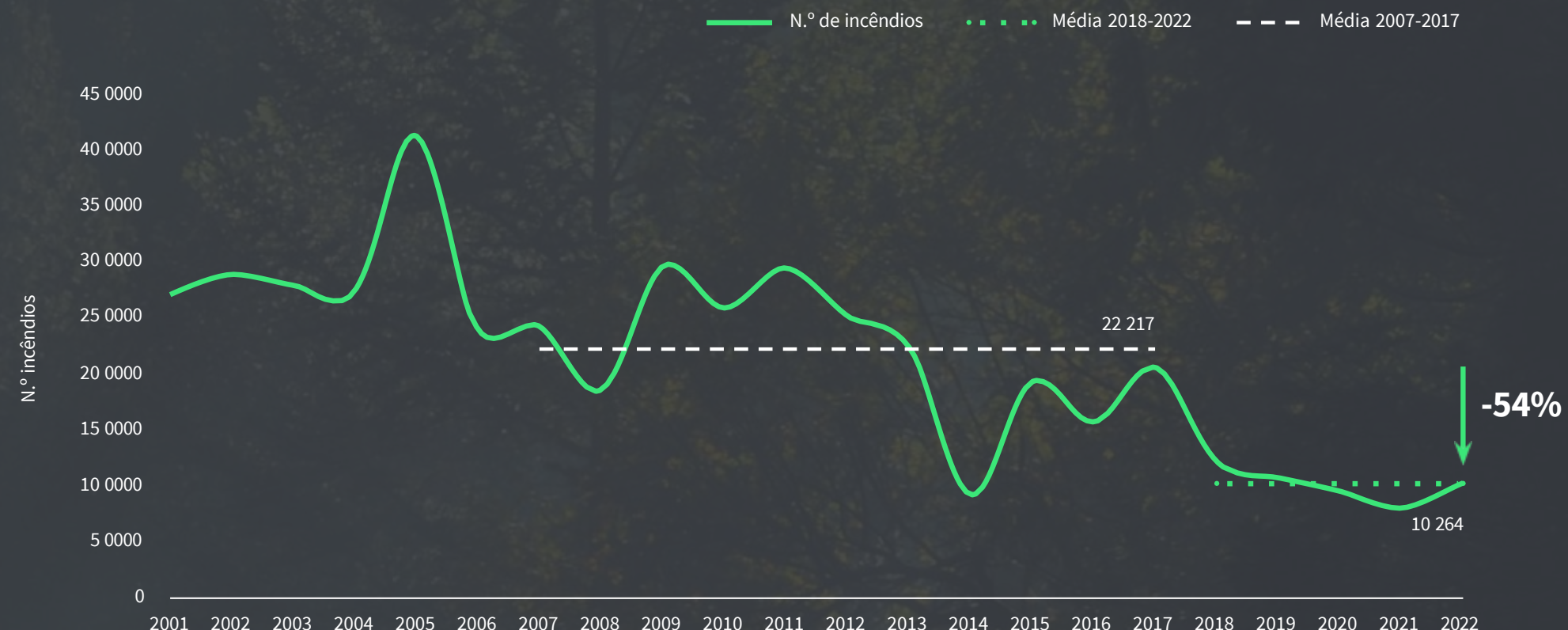
Metade do número de incêndios

Comparando os períodos 2007-2017 e 2018-2022

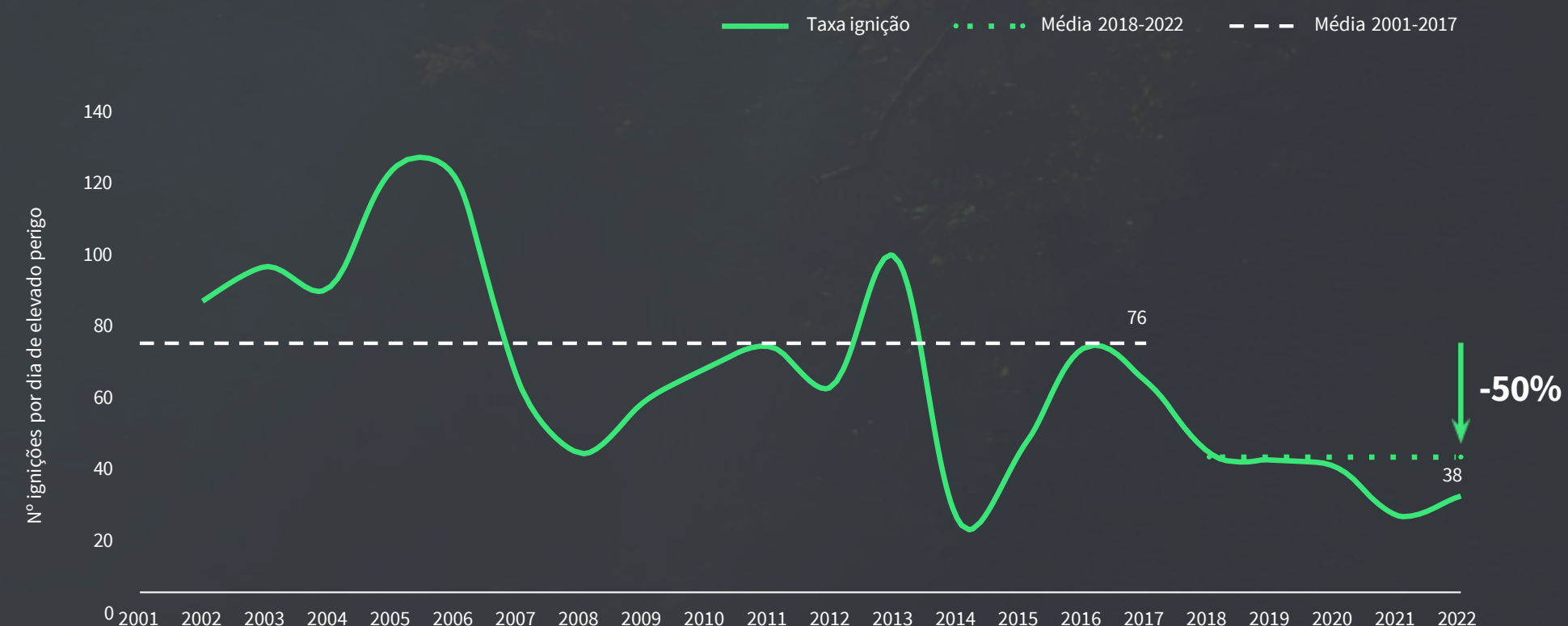
- Número total de incêndios reduziu para metade
- Tendência para redução de número médio de incêndios em dias de maior perigosidade

Em 2022 registaram-se 10 389 incêndios (+26% face a 2021) devido a renovação da pastagem durante a primavera

Evolução do número total de incêndios rurais 2001-2022



Número médio de ignições nos dias de maior perigo de incêndio



FONTE
Incêndios: Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF), ICNF.
Perigo de incêndio: IPMA

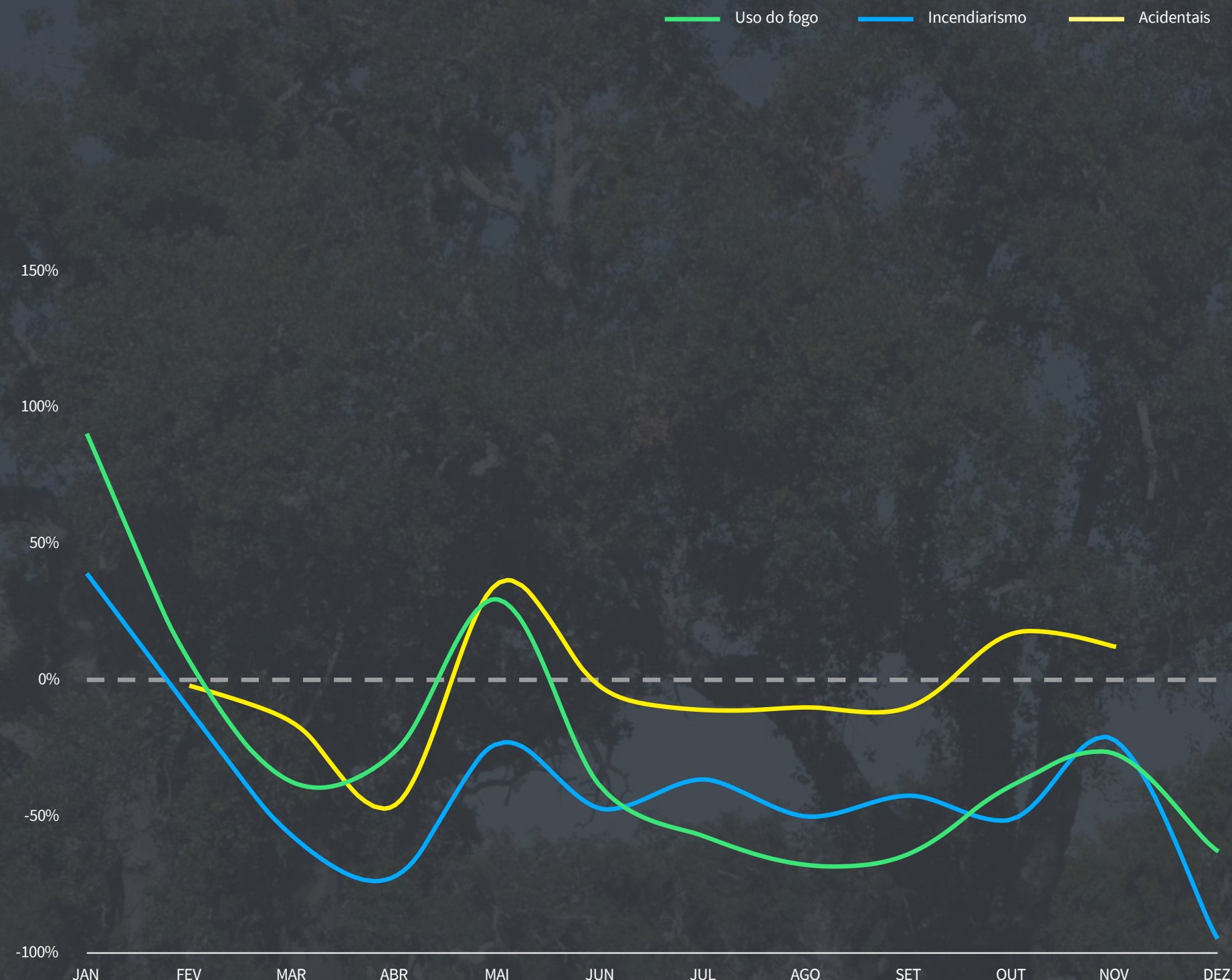
Diminuição do número de incêndios nos meses de verão

Após 2017, houve uma diminuição significativa do número de incêndios por uso do fogo nos meses de verão, sendo as causas acidentais aquelas que menos diminuíram. Nestes meses, o incendiário passou a ser a principal causa.

Em 2022, a taxa de incêndios nos dias mais perigosos, foi metade da média histórica.

Houve, em 2022, mais 5 dias de maior perigo, num total de 60.

Varição mensal (%) incêndios rurais por causa identificada entre 2009-2017 e 2018-2022



FONTE
Incêndios: Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF), ICNF.

Redução do número de incêndios com mais de 500 ha

Os incêndios de maior dimensão reduziram desde 2017.

Com mais de 1000 ha, havia em média 19, e nos últimos anos foram, em média, 8.

Em 2022, 70% da área ardida foi causada por 29 incêndios acima de 500 ha, e acima de 1000 hectares houve 17 incêndios, um deles tendo queimado mais de 24 mil hectares.

Número médio de incêndios por classe de dimensão (2007-2017 vs 2018-2022)



FONTE
Incêndios: Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF), ICNF.

1/3 da média histórica de área ardida

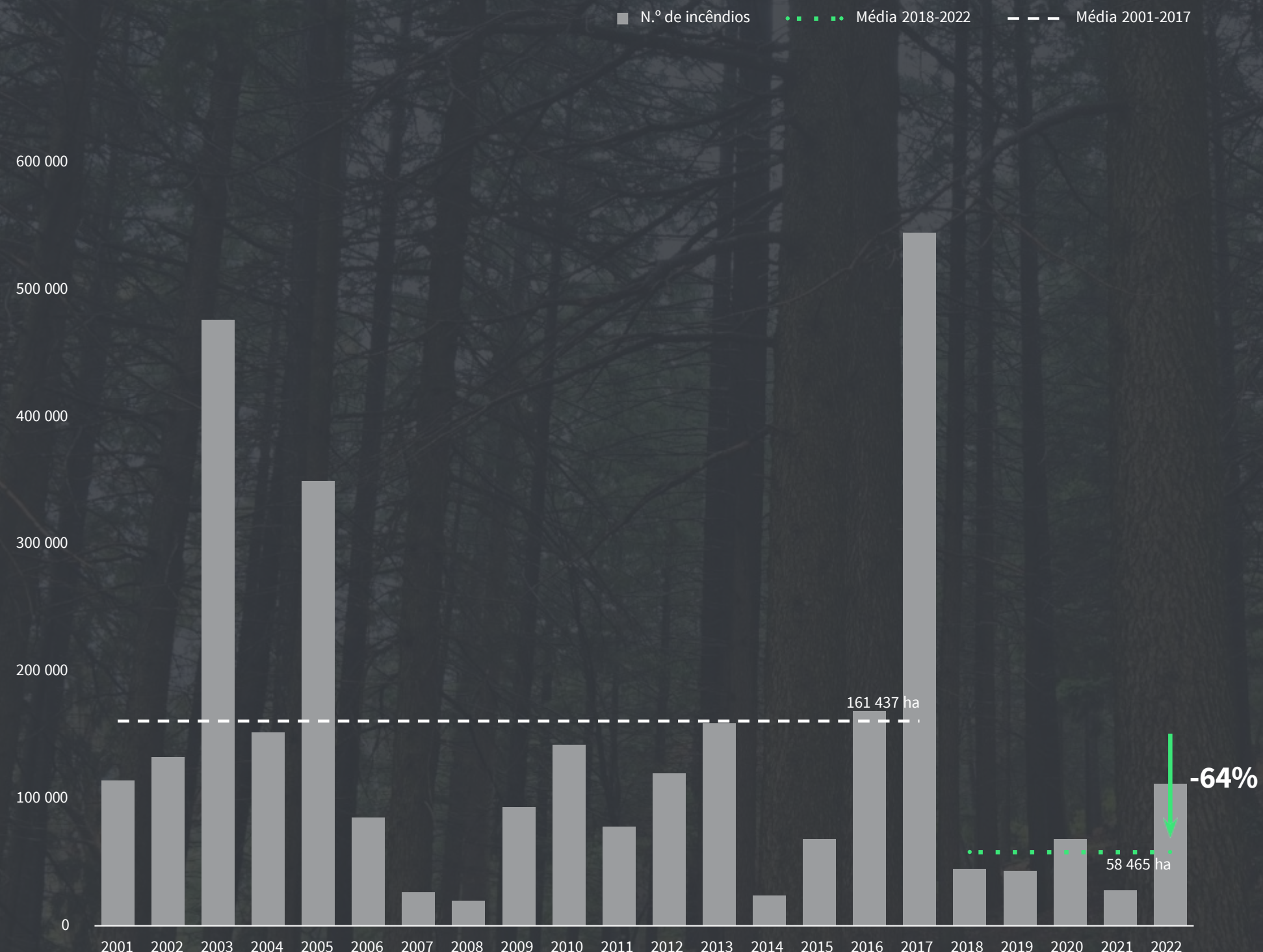
Entre 2018 e 2022, os 5 melhores anos consecutivos, a média foi 3 vezes menor do que entre 2001 e 2017.

A incidência da área ardida anual era em média 3%* e agora estamos em 1%.

Em 2022 arderam 110 mil hectares, acima dos anos anteriores, mas abaixo da média histórica (161 mil hectares)

* incidência da área ardida anual = área ardida anual / (área arborizada + área de matos)

Evolução da área ardida (ha) 2001-2022



FONTE
Incêndios: Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF), ICNF.

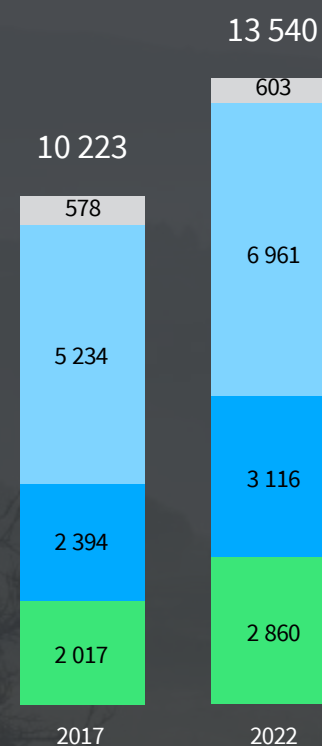
Reforço de meios humanos, materiais e financeiros

2017-2022

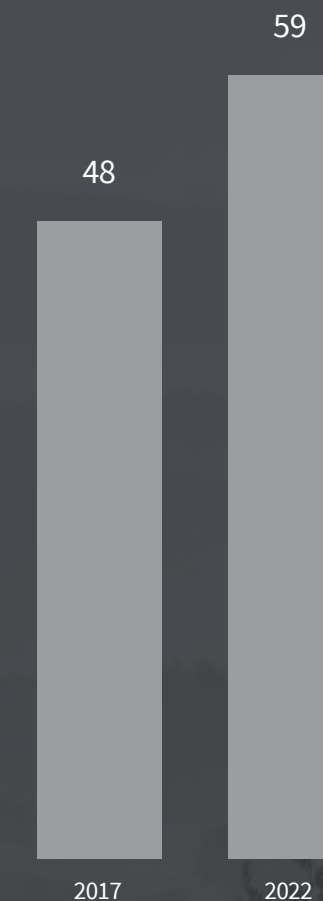
- Aumento de 33% em recursos humanos, 39% em recursos terrestres e 23% em recursos aéreos;
- Aumento do investimento em prevenção, com um menor desequilíbrio entre prevenção e supressão;
- Triplicação do investimento total;
- Dez vezes mais investimento em prevenção (324M€ em 2022).

Recursos Humanos: + 3317

- ICNF
- GNR
- ANEPC
- OUTRAS
(PSP, AGIF, AFOCELCA)

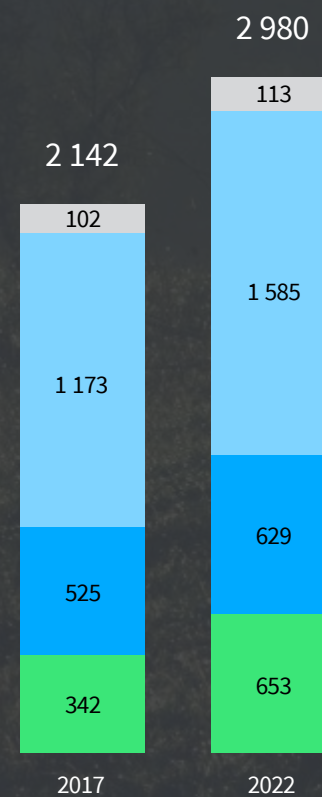


Recursos Aéreos: + 9



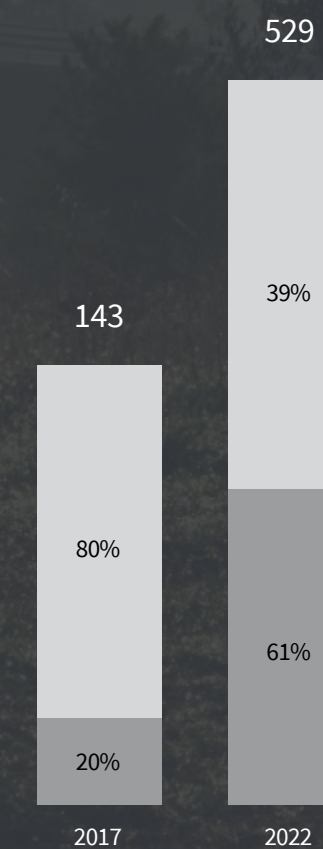
Recursos Terrestres: + 838

- ICNF
- GNR
- ANEPC
- OUTRAS
(PSP, AGIF, AFOCELCA)



Investimento: + 386M€/ano (324M€ em prevenção)

- Prevenção
- Combate



Programa Nacional de Ação 2020-2030

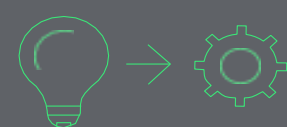
Implementação e Monitorização

Objetivos: identificar metas, dimensionar 97 projetos, estimar orçamentos e clarificar a distribuição de responsabilidades, com 7000 M€ de orçamento até 2030.

Acompanhe a evolução da monitorização do Programa Nacional de Ação através dos relatórios trimestrais (www.agif.pt)

2022

GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO*



38%

de implementação dos projetos 561 iniciativas



87%

dos projetos em curso 85 (mais 7 do que em 2021)

13%

dos projetos por iniciar 12 de 97



Orientação Estratégica

N.º metas 2022

Atingidas

% atingidas



Valorizar os Espaços Rurais

47

14

30%



Cuidar dos Espaços Rurais

49

19

39%



Modificar Comportamentos

28

12

44%



Gerir o Risco Eficientemente

109

37

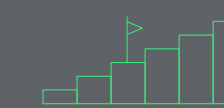
34%

Total

233

82

35%



METAS ALCANÇADAS

35%

das metas previstas
82 de 233 metas



1

projeto já concluído

Trabalhar em conjunto com todas as instituições e nas regiões – planos feitos mas ação insuficiente



2019
Plano Nacional de Gestão Integrada de Incêndios Rurais

Sistema policêntrico de governança descentralizada, com 5 programas regionais de ação, 23 sub-regionais e 268 programas de execução municipal. Todas as comissões em funcionamento.

Acompanhe a monitorização do Programa Nacional de Ação em www.agif.pt.



2021
Programa Nacional de Ação 20-30

Programa Regional # 5

Programa Subregional # 23

Programa de Execução Municipal (PDM) # 268

NÍVEL DE GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADES

Coordenação estratégica, orçamento, controle e monitorização

Planeamento, supervisão, controlo e partilha de boas práticas

Planeamento operacional e gestão da prevenção e supressão

Execução e controlo de operações



Assegurar o financiamento regional e sub-regional e plurianual

97 projetos concebidos e geridos por órgãos públicos, políticos e setor privado.

Valorizar os Espaços Rurais

- MIAEV, COS, COSc, CRUS, ortoimagens, Carta Marco Risco de Interfaces Urbano-Rurais **disponibilizadas em 2022**
- **31** Operações de cadastro em AIGP; **61%** de área de AIGP com cadastro
- **44% de área conhecida nos municípios aderentes ao BUPI** sem cadastro predial. Adesão de 141 Municípios com balcão físico BUPI
- Gestão agregada de territórios rurais: **Abrangidos mais de 91 000 ha de área em gestão total** (ZIF, UGF e EGF); **mais de 120 000 ha área de baldios** submetida a regime florestal integrado em AdB.
- **7,6 M€ orçamento executado em apoios a espécies mais adaptadas** aos territórios.
- **4,6 M €** para ações de valorização da resina natural e o apoio à resinagem: **área de cerca de 4 000 ha.**
- **15M€ para Pequenos investimentos** na exploração Agrícola em TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS AO PERIGO DE INCÊNDIO, apenas para **regiões situadas em territórios vulneráveis.**
- **68 projetos** apoiados no interior, no valor de incentivo de **77 M€,** no âmbito da diversificação e qualificação da economia rural.

Cuidar dos Espaços Rurais

- **70 AIGP constituídas, mais de 140 000 ha de área coberta com contratos-programa.**
- **Áreas ardidas: 22 relatórios de estabilização de emergência,** abrangendo **50 áreas ardidas,** num total de **86 283 ha.** Versões preliminares dos relatórios mais urgentes para uma **área de 53 000 ha do PN da Serra da Estrela** e de mais 8 concelhos.
- **2,3 M€ atribuídos às entidades no âmbito dos contratos programa para recuperação da área ardida da serra da Estrela.**
- **Gestão de combustível:** reportados **73 248 ha** (uma diminuição de 17% face ao ano anterior)
- **2330 Aglomerados** abrangidos pelos **Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras"**
- **Condomínio de Aldeia:** aprovados **203 condomínios,** com apoio de mais de 6M€ em 51 Concelhos.

Modificar Comportamentos

- Processados **mais de 1M de comunicações/ pedidos de autorização de queimas e queimadas**
- **64% de queimadas pedidas pelo pastor realizadas** pelo MARQ; GNR apoiou 46 ações de fogo controlado (3ºT)
- A complementaridade dos Sistemas Vigilância (RNPV, Móvel, Vídeo V. Aérea) permitiu uma **cobertura em mais de 70% das freguesias prioritárias.** Realizadas 44.842 patrulhas pela GNR e 45.772 por parte de outras entidades (3ºT). **Protocolo FAUNOS cumprido.**
- **856 400 pessoas impactadas** nas campanhas e ações de sensibilização. **Campanha Raposa chama: 1 600 crianças** dos 5 aos 12 impactadas.
- Realizadas pela GNR **5.436 Ações de Sensibilização - 73.934 pessoas** - adoção de comportamentos responsáveis relativamente ao uso indevido do fogo e regras de obrigação de gestão de combustível (3ºT)
- **35,3% Órgãos de Comunicação Social (OCS) formados** à escala nacional.

Gerir eficientemente o Risco

- Produzida, para utilização por todas as entidades do sistema, **Carta de Perigosidade Conjuntural de 2021 e 2022**
- **28 Comissões SGIFR Constituídas:** Comissão Nacional; Comissões Regionais; Comissões Sub-Regionais
- **Publicado** Despacho nº 9550/22 que estabelece o **Regulamento dos instrumentos de planeamento do SGIFR**
- Elaboração dos Programas Regionais e Sub-regionais de ação em fase avançada
- **Apenas 64 projetos PNA preveem financiamento** por outros fundos para além do OE. Em curso negociações no âmbito do PDR, PEPAC e PT2030 com o objetivo de captar financiamentos direcionados para o SGIFR. **Falta de financiamento para os Programas Regionais de Ação** do SGIFR.
- **Lições Aprendidas:** Entrega à CNGIFR do Relatório Síntese de Lições Aprendidas referente à OC. 2022_05_0022298 COVILHÃ - Serra da Estrela no concluindo-se a 1ª fase da metodologia para Análise dos Incêndios Rurais de 2022.
- Implementação do modelo organizativo: **projetos-piloto com taxa de execução média de 50% nas três regiões**
- **60 meios aéreos em operação (1jun/15out)**
- **Entregue Programa Nacional de Qualificação dos Agentes SGIFR**

Valorizar os Espaços Rurais

Definir estímulos económicos e fiscais que mobilizem proprietários e empresas a gestão sustentável do recursos florestais

- Projetos relativos aos incentivos à valorização económica e da fiscalidade com baixa taxa de execução
- Dificuldades na implementação do projeto área de Gestão Pública relativamente ao tema dos prédios sem dono conhecido
- Atraso nos projetos aumento do rendimento da fileira florestal e dos proprietários florestais

Cuidar dos Espaços Rurais

Atingir três vezes mais os atuais resultados de gestão de combustível, designadamente em ações de silvo-pastorícia e mosaicos, para aumentar a escala da execução operacional dos programas, envolver e mobilizar os privados, os proprietários e o próprio Estado.

- Melhorar o enquadramento jurídico de suporte ao serviço dos ecossistemas.
- Implementar as Normas técnicas.
- Necessidade de obter informação sobre intervenção dos privados, principalmente aqueles beneficiários de financiamento e investimento para gerir.
- Projeto relativo aos mecanismos de cobertura e garantia da correta gestão do risco da edificação por iniciar

Modificar Comportamentos

Apostar na redução do incendiário

Sensibilizar os mais novos (5 aos 12 anos) como próximas prioridades

- Projeto das forças Armadas em áreas críticas sem dotação financeira.
- Pontos de situação dos grupos de trabalho: RVDI, redução de ignições, investigação das causas
- Dificuldade na formação de OCS para a comunicação de risco.
- Projeto por iniciar: Apoio e acompanhamento pela prática de fogo posto no âmbito da saúde mental

Gerir eficientemente o Risco

Financiar os projetos dos Programas (PNA|PRA|PSA)

Qualificar lugares chaves na tomada de decisão

- Necessidade de disponibilizar de financiamento específico para atribuir aos projetos PNA (programas regionais e sub-regionais) e avisos no âmbito do SGIFR e com compromissos plurianuais.
- Mapa de valor e de risco de perda potencial de valor não concluídos
- Necessidade de criação das normas técnicas dos processos do SGIFR
- Atraso na implementação de projetos transversais do SGIFR (e.g. Plano de qualificação)

Do relatório de atividades 2022, conclui-se que **a transformação iniciada após 2017 se encontra a dois terços da execução prevista**, nomeadamente nos eixos estruturais **da valorização** (eixo 1) e o **cuidar dos espaços rurais** (eixo 2) sendo crítico mobilizar o poder político (legislativo e executivo) para:

Eixo 1 – Valorizar os espaços rurais

- **Regular** da fileira florestal e cumprir a Lei de Bases da Política Florestal (em particular artigos em falta 7º, 8º, 18 e 20º)
- **Estimular** os proprietário privados (sem contabilidade organizada) para a gestão florestal – Conta poupança florestal (L 33/96)
 - Assegurar que há uma lei de cortes
 - Rever e atualizar a figura do regime florestal
- **Reforçar estímulos fiscais, financeiros, patrimoniais e regulatórios para a mobilização das empresas e proprietários**
- **Alterar** o processo de regime sucessório para que as partilhas não fiquem indefinidamente indivisas
- **Alterar a lei da transferência para os municípios** majorando quem se compromete com iniciativas de prevenção

Eixo 2 – cuidar do território

- **Assegurar financiamento** para os Projetos do PNA às várias escalas regionais, com compromissos plurianuais
- **Assegurar** a implementação do Programa de Qualificação dos Agentes do SGIFR
- **Contratualizar** com as organizações de proprietários e produtores florestais a execução de mosaicos (silvicultura e silvopastorícia)



Com o ritmo atual de implementação do sistema, não será possível atingir as metas PNA 2030.

Manter o sentido de urgência

Mais ação e maior assertividade:
Estado, Privados e População

Resistir à armadilha do combate, e **apostar na prevenção**.

Garantir compromisso político e disponibilidade financeira plurianual e sustentável, para os Programas de Ação do SGIFR às várias escalas territoriais.

Definir estímulos económicos e fiscais que mobilizem proprietários e empresas para a gestão sustentável.

Multiplicar por 3 a área com gestão de combustível (meta: 250 000 ha/ano).

Sensibilizar os mais novos (5 as 12) e reduzir o incendiário.

Qualificar lugares chaves na tomada de decisão nas operações de supressão de incêndios.

Implementar os Programas Regionais, Sub-regionais e Municipais do SGIFR.

Maior envolvimento dos privados e dos municípios

Alterar o regime sucessório

Portugal chama por si. Por todos.

Saiba mais em:

www.agif.pt

www.portugalchama.pt

